



CIFRÃO

JORNAL DE ECONOMIA

COTAÇÃO NA BOLSA DE VALORES

SCT	(0,00%) ↔	5.896\$00
CECV	(14,03%) ↔	6.500\$00
ENACOL	(7,35%) ↔	6.800\$00
BCA	(-10,48%) ↓	2.775\$00

Avaliação quinzenal - Recolha de dados na quinta-feira
 ↔ Estacionária ↑ Em alta ↓ Em baixa



ENTREVISTA

"Aumentar a rentabilidade da empresa e combater o contrabando de cigarros"

120 milhões de cigarros por ano é quanto se consome em Cabo Verde

Júlio Andrade, DG da SCT

Cabo Verde com plataforma de trading e serviços da China



Empresa dos EUA ganha concurso para a fábrica agro-alimentar em S. Nicolau

Humberto Lélis é o novo director-geral da Halcyon Air

SHELL reivindica

59% da quota do mercado

Habitação vai ter feira e plano nacional

Cabo Verde vai ter o seu primeiro Plano Nacional de Habitação (PNH), que visa resolver o deficit existente nesse sector, sobretudo a nível das camadas sociais com baixo rendimento. O documento será consensualizado durante a Feira da Habitação, que acontece em fins de Dezembro próximo, na Praia.

O governo vai consensualizar, até ao final deste ano, aquilo que considera ser o primeiro Plano Nacional de Habitação de Cabo Verde. O debate do documento acontecerá durante a que será a primeira Feira da Habitação a ter lugar neste país. O ministro da Descentralização, Habitação e Ordenamento do Território, Ramiro Azevedo, anuncia assim a semana dedicada à problemática da habitação, em que participarão empresas nacionais e brasileiras do sector.

Ramiro Azevedo assegura que durante a jornada serão demonstradas novas técnicas de construção bem como a experiência brasileira na requalificação urbana. O encontro servirá ainda para debater e consensualizar o Plano Nacional de Habitação, que está a ser elaborado com o apoio da Secretaria do Estado de Ambiente e Habitação do Brasil e de uma equipa técnica da Universidade do Rio Grande do Sul.

Referindo-se ao PNH, o governante salienta que a solução adequada para a demanda habitacional exige, pela sua amplitude, uma intervenção concertada dos diferentes actores sociais. Tudo no sentido de capitalizar sinergias, maximizar

A solução adequada para a demanda habitacional exige, pela sua amplitude, uma intervenção concertada dos diferentes actores sociais. Tudo no sentido de capitalizar sinergias, maximizar investimentos e minimizar os impactos ambientais sobre o território.

investimentos e minimizar os impactos ambientais sobre o território.

Diante de tudo isso, Azevedo acredita que um país de limitados recursos financeiros e territoriais como Cabo Verde necessita urgentemente de um plano que defina a política do Estado para o sector da Construção Civil, bem como da Habitação. **“Nesta medida, surge o Plano Nacional de Habitação que se pretende seja um documento coordenador, orientador, com elevado sentido prático e grande objectividade. O documento deverá equacionar adequadamente o problema, potencializando as melhores soluções, clarificando os actores sociais envolvidos e seus papéis na estratégia nacional para a habitação. Deve, enfim, ser um documento estratégico que enquadre a problemática, estabeleça políticas, responda com medidas e acções, monitore a evolução do sector e introduza as correcções necessárias à minimização do défice. A transversalidade desse plano deve reforçar o papel do habitat como um estabilizador social, contribuindo assim para a melhoria da qualidade de vida dos cabo-verdianos”**, precisa o ministro.

E falando das especificidades desse instrumento, o titular da pasta da Descentralização, Habitação e Ordenamento do Território acrescenta que o PNH deve orientar as acções do poder público e da iniciativa privada no sentido de se produzir habitação, reduzir o défice habitacional,

priorizando as famílias com menor nível de renda. Mais, pretende estabelecer acções a curto, médio e longo prazos para aumentar o acesso à moradia, ao saneamento ambiental, às infra-estruturas básicas, aos transportes, aos serviços, ao trabalho e ao lazer, num processo integrado e que espelhe as políticas de habitação e de desenvolvimento urbano e regional.

A fonte deste jornal enfatiza que o documento vai, ainda, facilitar o acesso dos cabo-verdianos com menores rendimentos aos recursos públicos nacionais destinados à habitação, além de criar mecanismos que estimulem a iniciativa privada para a construção de moradias de baixo custo.

O PNH pretende também ocupar o território nacional de forma harmónica, com áreas diversificadas e integradas no ambiente natural, onde áreas dotadas de infra-estrutura terão sempre prioridade. As estratégias de integração do Governo de Cabo Verde, nos diversos níveis, também devem constar do Plano Nacional de Habitação. Com isto, o Estado irá racionalizar os recursos humanos, materiais e financeiros destinados a resolver os problemas habitacionais dos cabo-verdianos.

Estabelecer normas especiais para urbanização e mecanismos que inibam as condições propícias à especulação fundiária são outros objectivos importantes do Plano Nacional da Habitação, a ser debatido e consensualizado durante a Feira da Habitação.

Alírio Dias de Pina

Empresa dos EUA ganha concurso para fábrica agro-alimentar em São Nicolau



A empresa norte-americana Agland Service (AS) acaba de ganhar o concurso internacional para realizar um estudo que deve determinar o local onde vai ser construído o Centro de Conservação, Certificação e Empacotamento de Produtos Agrícolas (CCCEPA) de São Nicolau. Uma missão da Agland já se encontra na ilha a trabalhar nesse projecto, que se enquadra no pacote do MCA para a ilha.

O local para a montagem dessa unidade fabril vai depender da proposta a ser apresentada às autoridades nacionais pela Agland Service. Esta é uma empresa dos EUA que trabalha para o sector da agro-indústria e que ganhou o concurso internacional lançado por Cabo Verde para determinar o sítio onde será construída a futura unidade industrial. A missão que se encontra em S. Nicolau para esse fim é constituída por um gestor e dois técnicos, sendo um para a área do ambiente e outro para estudos sobre aspectos sociais e a questão do género.

Técnicos do Ministério do Ambiente e da Agricultura envolvidos no processo asseguram

existir três opções relativamente ao local onde será construído o futuro Centro de Conservação, Certificação, Embalagem e Empacotamento de Produtos Agrícolas: Tarrafal ou duas zonas do vale da Fajã. Mas a escolha só será, segundo as mesmas fontes, conhecida depois de estar concluído o estudo que a equipa de AS está a realizar neste momento.

A empresa norte-americana deverá, por outro lado, ocupar-se não só da formação do pessoal para o projectado centro agro-industrial de S. Nicolau, como também dos elementos que trabalham nos projectos das restantes bacias hidrográficas de Cabo Verde, financiados através do MCA.

O projecto do Centro de Conservação, Certificação e Empacotamento dos Produtos Agrícolas de S. Nicolau tem como propósito principal potenciar e vulgarizar os produtos agrícolas da ilha, com destaque para os produzidos no extenso vale da Fajã, e distribuí-los nos mercados locais e nacionais.

ADP


FAROL DAS ILHAS

ENAPOR
Portos de Cabo Verde

novidades do mundo portuário

31.ª Assembleia Anual da AGPAOC

SOB O SIGNO DA MUDANÇA



Abidjan, capital da Costa do Marfim, abriu as portas para receber a 31.ª Assembleia Anual dos países-membros da AGPAOC (Associação de Gestão dos Portos da África do Oeste e do Centro), evento que decorreu de 21 a 25 de Abril. "Os Transportes Ferroviários e Rodoviários e os Países sem Litoral" foi o tema central desta Assembleia, que teve como momento alto a eleição do senegalês El Hadji Mar Guéye para o cargo de Secretário-Geral desta organização portuária africana, criada na Serra Leoa, em 1972.

A ENAPOR marcou presença nesta magna reunião com uma delegação chefiada pelo Eng. Franklim Spencer e integrada por responsáveis das diferentes estruturas da empresa. "Os membros da delegação participaram nos trabalhos das diferentes estruturas estatutárias da associação, como o Comité

Director e os Comités Técnicos", elucida o Eng. Franklim Spencer, que destaca as "óptimas condições de trabalho" que, na sua opinião, o país anfitrião colocou à disposição da organização e dos delegados. "Isto não obstante o período de crise política que a Costa do Marfim atravessou nos últimos anos", sublinha o PCA da ENAPOR, para quem a 31.ª Assembleia Anual da AGPAOC foi, sem dúvida, coroada de sucesso.

Durante a Assembleia, o Comité Director da AGPAOC, organismo integrado pela ENAPOR, e a plenária aprovaram um conjunto de projectos e acções, que deverão ser desenvolvidos ainda no decurso deste ano. Um desses projectos é o alojamento na Internet do portal web da associação, cuja primeira versão deverá estar disponível dentro de três meses. O caderno de encargos para a con-

cepção e o design do portal foi aprovado em Dezembro de 2007, em Cotonou, mas, decorrido este tempo, a organização ainda não assinou o contrato de prestação de serviço com a empresa nigeriana vencedora do concurso. A Assembleia deu, entretanto, indicações claras no sentido do desbloqueamento imediato do impasse com a entidade encarregada de conceber o portal digital.

A Assembleia analisou igualmente o documento preliminar do estudo sobre a prestação dos portos membros da organização. Este trabalho visa abordar os custos das passagens de mercadorias pelos terminais das duas regiões, tendo o Comité Director recomendado ao Comité Técnico a elaboração dos termos de referência. Ficou determinada ainda a realização de um atelier, em Lomé, para a recolha de subsídios dos portos e a procura de financiamento para o desenvolvimento do projecto.

"A AGPAOC aprovou a data de Outubro para a realização de um seminário de troca de experiências e informações, em Havre, França, entre os portos da associação e as suas congéneres europeias, no domínio da reforma institucional e das novas tecnologias", informou o Eng. Franklim Spencer. Contudo, segundo o PCA da ENAPOR, alguns delegados solicitaram a redução do custo de participação no encontro e estimularam os países africanos a apresentarem propostas de aco-

lhimento do evento.

O quarto projecto analisado no encontro de Abidjan incidiu sobre os procedimentos da reestruturação portuária. Este projecto, financiado pelo CDE, Centro de Desenvolvimento Empresarial da Bélgica, está em curso e doze portos, entre os quais os de Cabo Verde, já responderam ao questionário do consultor. Os dados fornecidos irão permitir a referida entidade obter informações para a validação do estudo, o que poderá acontecer num encontro agendado para o próximo mês de Julho, num dos portos da sub-região africana.

Um dos estudos que mais interesse despertou à delegação cabo-verdiana foi o referente à situação hidrográfica do continente africano. Este trabalho foi apresentado pelo CIH, Centro Internacional de Hidrografia, tendo o responsável do Centro, o Capitão Hugo Gorziglia, aproveitado a oportunidade para sensibilizar os países presentes em Abidjan para a importância da elaboração e produção das suas cartas hidrográficas.

"O responsável do CIH mostrou interesse em visitar Cabo Verde, com o intuito de se inteirar da nossa situação. Devido à importância dessa actividade, transmitimos-lhe toda a nossa disponibilidade em sensibilizar o Instituto Marítimo e Portuário, enfim, facilitar o contacto com as autoridades cabo-verdianas, de modo a se operacionalizar essa visita ao país", adianta o PCA da

ENAPOR, acrescentando que foram analisados ainda os projectos referentes ao CD-Rom da AGPAOC e ao Banco de Dados dos Consultores da organização.

TRANSPORTES RODOVIÁRIO E FERROVIÁRIO

A experiência africana no domínio dos transportes rodoviários e ferroviários constituiu o tema central da 31.ª edição da Assembleia Anual da AGPAOC. O assunto foi tratado numa mesa-redonda, realizada no dia 23 de Abril e organizada em três painéis, num total de dez apresentações. Destas, quatro despertaram um interesse especial à delegação da ENAPOR: "Portos secos ou terminais logísticos - Factores de encaminhamento das mercadorias para o hinterland ou países sem litoral"; "Controlo das mercadorias no percurso porto - hinterland, Experiência do Gana"; "Papel do NEPAD no financiamento das infra-estruturas terrestres" e "Interconexão dos sistemas aduaneiros na facilitação do tráfego em trânsito". Para o Eng. Franklim Spencer, o nível das apresentações foi excepcional, apesar do pouco tempo disponível para o debate.

O último ponto da Assembleia ficou reservado à eleição para o cargo de Secretário-Geral da AGPAOC, que contou com as candidaturas do Senegal e dos Camarões. A cerimónia de abertura do encontro foi dirigida pelo Chefe de Estado da Costa do Marfim, Laurent Gbagbo.

Senegal no comando da AGPAOC

O senegalês El Hadji Mar Guéye foi eleito Secretário-Geral da AGPAOC no término do 31.º Conselho da organização, evento realizado em Abidjan, de 21 a 25 de Abril. O economista senegalês apresentou-se como candidato do Parti Autonome de Dakar e substituiu no cargo a camaronesa Mme Francine Mireille Backo, que se perfilava a um segundo mandato de quatro anos à frente desta associação regional africana.

Cabo Verde integrou, através da ENAPOR, a sub-comissão eleitoral, órgão que analisou os documentos dos candidatos e definiu os procedimentos do pleito. Mar Guéye e Mireille Backo tiveram, cada um, trinta minutos para apresentarem a sua plataforma programática e apelar aos votos dos países-membros da associação. A votação foi feita, de forma secreta, pelos Directores-Gerais e Chefes das Delegações,

mediante rigorosos dispositivos de segurança e de transparência. A escolha recaiu sobre o candidato senegalês, que passou a assumir o cargo de Secretário-Geral da AGPAOC.

Economista e engenheiro informático, Mar Guéye possui uma experiência de vinte e cinco anos de trabalho no sector portuário, como quadro do porto internacional de Dakar, onde exercen as funções de director dos sistemas de informação e conselheiro técnico do director-geral dessa referida infra-estrutura. O actual Secretário-Geral da AGPAOC era o encarregado do porto senegalês dos dossiers ligados a esta organização de carácter económico e inter-governamental, nascida na Serra Leoa em 1972.



El Hadji Mar Guéye
Foto: AFS - Agência Press Senegalés

Uma plataforma de trading e serviços chamada Cabo Verde

Cabo Verde quer afirmar-se como uma plataforma de trading e serviços. “Cerca de 300 empresários da China e dos países de língua portuguesa vão reunir-se na Cidade da Praia, entre 28 e 30 de Maio, para conhecerem as potencialidades deste arquipélago no que toca ao principal sector económico do país – os serviços”, adiantou ao Cifrão, Alexandre Fontes, presidente da Cabo Verde Investimentos.

Esta é a oportunidade de Cabo Verde mostrar a importância da sua posição geo-estratégica, através da parceria com a União Europeia e com o Brasil, e também como integrante da CEDE-

AO e da CPLP. “Queremos dar a conhecer os nossos serviços aeroportuários e portuários, de processamento de pescado – apresentando São Vicente como uma referência neste sector – e o que Cabo Verde tem de melhor no que toca à formação profissional nessas áreas”, avançou Alexandre Fontes. No fundo, Cabo Verde quer desde já figurar como a plataforma de trading e serviços que permitirá à China investir no continente africano. Uma investida em que a China aparece como a principal interessada mas a que não estão alheios nem Portugal, nem o Brasil e muito menos Angola. Também países

como a Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé têm tudo a ganhar.

Os 300 empresários vindos de Macau, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Portugal e Brasil chegam a Cabo Verde para fazer contactos e ver as oportunidades de negócio neste arquipélago. A maior parte deles fica na Cidade da Praia, mas há empresários que pensam também em São Vicente e Sal, consoante as suas áreas de interesse.

Este é o quarto Encontro de Empresários para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa

(PLP), que serve também para estreitar laços entre o gigante asiático – através de Macau – e os países lusófonos, que querem estar na linha da frente dos investimentos chineses no continente africano.

O evento acontece entre 28 e 30 de Maio, na Cidade da Praia e é organizado pela Cabo Verde Investimentos, em associação com a Câmara do Comércio, Indústria e Serviços de Sotavento (CCISS) de Cabo Verde e o Instituto de Promoção do Comércio Internacional da China (IPIM).

Catarina Abreu

Lucros na Enacol ofuscam exigências dos accionistas

A Enacol já ultrapassou os

50,5%
da quota do mercado

Os resultados conseguidos pela Enacol durante a gestão do director-geral Luís Soares Pitorro acabaram por ofuscar as exigências dos pequenos accionistas, que queriam explicações sobre a auditoria operacional mandada efectuar pela administração e pretendiam ainda propor a venda da mansão do Fortim. Assim, em vez da anunciada turbulência a reunião terminou como começou, com o DG a brilhar entre os números e as performances alcançadas pela empresa. Como conta uma fonte do Cifrão, esta foi uma assembleia-geral *sui generis* que se limitou a exaltar os feitos do DG, que conseguiu colocar a Enacol na Bolsa de Valores, aumentar a quota de mercado, melhorar a sua imagem e torná-la uma empresa lucrativa.

Aguardada com enorme ansiedade e contrariando as previsões dos pequenos accionistas, que pretendiam baralhar as cartas de Luís Soares, a reunião da assembleia-geral da Enacol acabou por ser tranquila. Isso porque, segundo fontes do Cifrão, o ex-DG apresentou resultados “altamente positivos” e todos ficaram satisfeitos. “Luís Pitorro apresentou uma nova Enacol aos accionistas. Mostrou uma empresa moderna que cresceu, está cotada na BVC e dá lucros. Os pequenos accionistas ainda tentaram apresentar um documento a exigir mais rigor a nível da gestão da Enacol e no cumprimento dos Estatutos, mas não tiveram grande impacto”, revelou.

O DG também foi questionado sobre a questão

da liderança do mercado, que esta semana provocou um desmentido por parte da Shell Cabo Verde e um esclarecimento contundente da Agência de Regulação Económica (ARE) mas, de acordo com as nossas fontes, nem isso desconcertou Luís Pitorro Soares. Frisa que “Ele insistiu em dizer que os seus números estão certos e que a Enacol já ultrapassou os 50,5% da quota do mercado. Com isso, deixou no ar a ideia de que, a partir de agora, será uma guerra de números entre as duas petrolíferas para ver quem domina o mercado interno de combustíveis”.

A realização de uma auditoria operacional, ao invés de uma auditoria de gestão, que agora vem sendo apresentada à imprensa como prova da boa gestão de Luís Soares foi outro assunto levantado por alguns accionistas. Sobre este particular, afirma a nossa fonte, o presidente da mesa da AG optou por protelar o assunto para uma próxima reunião magna. “Por tudo o que aconteceu ontem na reunião da AG posso dizer que Luís Pitorro e alguns dos seus pares conseguiram levar a ‘água ao seu moinho’. Isso porque todos os assuntos mais problemáticos foram deixados para uma próxima AG. Mais, conseguiram convencer boa parte dos presentes que o importante agora é manter a imagem da Enacol e trabalhar para firmar as conquistas”, completa a nossa fonte.

Importa realçar que esta AG elegeu os novos órgãos sociais da Enacol. Assim, a partir de agora a

Mesa da AG é presidida por Vanda Évora e secretariada por Jorge Almeida. Quanto ao Conselho de Administração, tem como presidente Adalberto Sena (Sonangol), secundado pelos administradores Manuel Pereira (Galp) e João Pereira Silva (Estado).

ARE ESCLARECE

Depois da Shell, ontem foi a vez da Agência de Regulação Económica (ARE) emitir um comunicado de imprensa realçando que uma das suas atribuições é “assegurar a objectividade das regras de regulação e a transparência das relações comerciais entre operadores dos sectores regulados e os consumidores”. E para que fique bem clara a sua posição, a ARE divulga todos os dados registados entre Janeiro e Abril passados, sobre o volume de vendas das empresas que operam no mercado nacional de combustíveis.

Assim, e conforme os números, em Janeiro a Shell dominava o mercado com 57,92% das vendas contra 42,08% da Enacol. Em Fevereiro, a Shell registou uma ligeira queda (53,28%) mas mantinha a liderança sobre a Enacol, que ficava pelos 46,72%. Em Março a Enacol chegou mesmo a ultrapassar a sua concorrente assegurando 50,52% da quota do mercado contra os 49,48%, conseguidos pela Shell, mas perdia fôlego em Abril, ficando pelos 47,96%, quase 5% a menos que a Shell Cabo Verde, com 52,04.

Constança de Pina

Pela presente, a Shell Cabo Verde vem informar aos seus prezados clientes, parceiros e demais interessados que contrariamente à informação que está sendo veiculada e publicitada em diversos meios de comunicação social e outdoors, a Shell continua a liderar o mercado nacional tendo atingido para o mês de Abril a quota de **59%**, conforme dados recebidos e divulgados pela entidade Reguladora Nacional – ARE. Aproveitamos para enviar os dados relativos às quotas de mercado da Shell que se vão acumulando mês a mês:

• Janeiro – **58.12%** Fevereiro – **53.36%** Março – **50.05%** Abril – **52.47%**

Como a Shell não pactua com situações de inverdades e menos ainda com a publicidade enganosa, vimos através desta nota, repor a veracidade dos factos.

Mindelo, 21 de Abril de 2008
Emanuel St’ Aubyn,
Administrador Delegado da Shell Cabo Verde

SHELL 

NÓS E O OUTROS

PARABÉNS

A Caixa Económica comemorou no passado dia 18, os seus 80 anos. Com 22 balcões espalhados pelo país e 221 colaboradores, a CECV acredita que caminhou por “*um percurso de excelência e sucesso*”. Parabéns a você, muitos anos de vida e percursos cada vez mais ousados e à medida do país. Porque Cabo Verde tem a sua Caixa bem guardada no coração e como motivo de orgulho do seu povo.

...Alto

As relações económicas entre China e Cabo Verde começam a dar sinais de franco crescimento neste mês de Maio. É que já são duas as delegações – uma para o IV Encontro de Empresários para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os PLP e outra de homens de negócio macaenses – que utilizam o nosso país como plataforma para encetar negócios e buscar novas vias para *trading* e serviços que pretendem ir muito além das fronteiras das ilhas e alcançar assim todo o espaço lusófono. Em alta pois a tão aguardada unidade económica da CPLP. E se isso acontece com uma mãozinha da China que chega via Macau (também membro da CPLP) que seja. Pois é, um mês de Maio em alto quanto ao sinais o espaço lusófono está a transformar-se no ‘*avant première*’ dos negócios da China em África.

...Baixos

Cabo Verde caiu no *ranking* Doing Business de 128º lugar para o 132º, tabela que mede o ambiente de negócios organizada pelo Banco Mundial, num total de 178 países avaliados. Esta classificação baseia-se em indicadores como a facilidade de abertura de empresas, obtenção de alvarás e a contratação de funcionários.

...Em Off

O quanto é o que país fica a perder durante o período de eleições e campanha no que toca ao dinamismo da economia nacional. É que dirigentes nacionais, directores gerais e a própria cúpula governamental estiveram tão envolvidos no pleito autárquico, que a maior desvantagem está no que se deixou de fazer para que o ritmo do país impõe enquanto pula e avança.

Sector imobiliário mundial em crise



Empresários preocupados com investimentos em Cabo Verde

Com a previsão de grandes investimentos em Cabo Verde, sobretudo na área do imobiliário turístico, o Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais (ISCEE) trouxe ao Mindelo José Paulo Esperança, professor catedrático de Finanças do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa de Portugal, para falar do “**Futuro do Investimento Imobiliário**”. Embora admita desconhecer a realidade de Cabo Verde, ele afirma que “**o tema imobiliária é hoje motivo de preocupação porque a maior economia do mundo, dos Estados Unidos, está em crise e as implicações para os outros países são importantes**”.

Que investimentos estão a ser feitos em Cabo Verde? Quais as tendências? Será que Cabo Verde está a viver uma ‘bolha’ no sector imobiliário? Quais as fontes de financiamento? Qual é o posicionamento dos bancos relativamente ao financiamento imobiliário? Para que mercados a nossa oferta está direccionada? Estas foram algumas das preocupações colocadas pelos participantes – agências imobiliárias, bancos comerciais, empresas nacionais e serviços – ao professor José Paulo Esperança, após uma longa explanação sobre os riscos e desafios da imobiliária no mundo.

Carlitos Fortes, da Moave, questiona o professor sobre a possibilidade de acontecerem bolhas no sector imobiliário nacional, tendo em conta a forte procura e o aligeiramento dos financiamentos pelas instituições financeiras. A resposta do *expert* veio em forma de comparação porque “**Cabo Verde está numa fase de crescimento, mas está inserido no mercado global e grande parte do investimento feito vem do exterior**”.

“**Não sei dizer se a valorização de Cabo Verde é uma bolha porque esta não é fácil de identificar, sobretudo por causa da globalização. Se uma economia estiver isolada é mais fácil constatar uma bolha. No caso de**

Cabo Verde, o investimento é externo e a procura também é externa”, explica José Paulo Esperança. Este acredita que, no caso de Cabo Verde, para se perceber uma bolha financeira está em formação, é preciso comparar com outras economias com as quais tem similitudes. “**Mas é preciso perceber as experiências de cada país numa perspectiva dinâmica**”, alerta.

Para Luís Vasconcelos, antes de mais nada é necessário perceber o estágio de desenvolvimento do mercado interno. “**Estamos a viver uma fase de especulação imobiliária. Há muitos projectos apresentados que, a meu ver, não são mais que uma estratégia para conseguir terrenos. Por outro lado, temos uma inflação de preços que não é bancável para a maioria da população**”.

ENCONTRAR EQUILÍBRIO

Diante destes factos, Luís Vasconcelos entende que é preciso encontrar o equilíbrio. Já Esperança diz que, do ponto de vista do funcionamento dos mercados, a especulação não é totalmente má. “**A especulação do petróleo, por exemplo, traz benefícios ao mercado. A especulação é um mal necessário, mas os mercados imobiliários são menos líquidos**”. Quanto ao “*timing*” dos investidores, o professor lembra que não seria viável que todos os projectos arrancassem ao mesmo tempo porque poderiam criar problemas, por exemplo, de abastecimento de água, energia e esgotos.

Entretanto, prossegue Esperança, caso a preocupação seja que os investidores financeiros se responsabilizem pelo desenvolvimento, uma medida válida seria atribuir licenças de construção com um prazo reduzido, que poderia não ser renovado por incumprimento. Sobre este aspecto em particular, Belarmino Lucas informa que em Cabo Verde a situação é muito mais complicada porque a comerciali-

zação dos imóveis inicia-se numa fase anterior às licenças de construção. “**É nessa fase que acontece esta especulação em relação àquilo que depois será desenvolvido**”, observa.

A destoar de tudo isso, um outro participante desta mesa-redonda lembrou que o problema de Cabo Verde é a falta de planeamento, que felizmente já não irá acontecer nas ilhas de Boa Vista e Maio. Afirmou também que o mercado imobiliário nacional é ainda muito recente. “**O negócio do arrendamento ainda não é explorado. O que se tem neste momento é uma grande reserva de terrenos onde, daqui a alguns anos, surgirá o tal mercado imobiliário. É preciso lembrar que as empresas imobiliárias começaram a surgir em Cabo Verde agora na década de 2000**”, assevera.

A proveniência pouco ortodoxa dos investimentos imobiliários, o que acabou por distorcer o mercado, o problema dos terrenos e a falta de planeamento estratégico foram outros problemas aventados pela assistência e caíram no agrado do orador, que destacou as incertezas, mas também a prudência dos cabo-verdianos. “**Que fique certo que um promotor de um investimento privado tem de partilhar os lucros, por exemplo com a Electra. Os problemas desta empresa poderão assim ser resolvidos através do pagamento de impostos que vai permitir ao Estado de Cabo Verde assegurar os custos de produção. Um caso exemplar é o da China, onde um investidor tem de construir, como contrapartida, escolas, fontanários...**”.

O professor José Paulo Esperança veio à Cabo Verde para ministrar aulas no mestrado de gestão, que já vai na sua 5ª edição, no âmbito de um protocolo entre o ISCEE e o ISCTE em Portugal. Durante uma semana, o professor também ministrou aulas de Finanças Empresariais no ISCEE.

Constância de Pina

FRASES

“*Apesar do impressionante progresso de Cabo Verde, o país ainda enfrenta enormes desafios estruturais*”.

Relatório “*Perspectivas Económicas para África 2008*”, elaborado pelo BAD

“*O Sector imobiliário é hoje motivo de grande preocupação porque a maior economia do mundo, Estados Unidos, está em crise. E as implicações a nível mundial são importantes*”.

José Paulo Esperança, professor catedrático de Finanças no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE).

“*Cabo Verde tem vindo a transformar-se, tornando-se num centro privilegiado de turismo, com excelentes instalações hoteleiras, uma oferta considerável, para além da amenidade do clima, mesmo no Inverno, da agradável temperatura da água do mar e da afabilidade do povo, com uma música admirável e danças e folclore de grande qualidade - os europeus adoram Cabo Verde*”.

Mário Soares, ex-presidente da República de Portugal e um dos envolvidos nas negociações da independência de Cabo Verde entre 1974 e 1975.

O NÚMERO

10 milhões de dólares

É o montante injectado pelo Banco Mundial na ajuda orçamental a Cabo Verde.

"Aumentar a rentabil combater o contral



Director-geral da SCT em hora de mudança

A Sociedade Cabo-verdiana de Tabacos, com sede em S.Vicente, está a passar por uma transformação profunda, na sequência da alienação das acções do Estado e a compra destas (51,15%), por um grupo de empresas nacionais, que integra a Promotora, Irmãos Correia, Moave e Sita. Como consequência, é criado o cargo de Director-geral, agora ocupado por Júlio Andrade. Este, que é gestor de profissão, anuncia, na entrevista que se segue, que a actual direcção vai aumentar a rentabilidade da fábrica, combater o contrabando de cigarros e diversificar as suas actividades. É que o país consome, neste momento, entre 118 e 120 milhões de cigarros por ano.

ENTREVISTADO POR: ALÍRIO DIAS DE PINA

– **Cifráo** - O Estado alienou a sua participação de 90% na SCT. Como fica agora a estrutura da sociedade, em termos de capital social (os accionistas) e órgãos de direcção?

– **Júlio Andrade** - Com a alienação da participação do Estado em 8 de Maio de 2007 e alterações dos estatutos a 13 de Julho 2007, o capital social (que se manteve em 240.000 contos), ficou distribuído da seguinte forma: Agrupamento Promotora, Irmãos Correia, Moave e Sita - 122.760 contos (51,15%); Município do Sal - 30.000 contos (12,5%); Público em geral - 81.845 contos (34,1%); Trabalhadores: 5.394 contos (2,25%).

A estrutura actual de direcção da SCT é composta pelo Conselho de Administração com cinco membros e um Director-Geral, que reporta àquele. Para além da Assembleia-geral, foi nomeado um Fiscal Único, que acompanha com regularidade as suas actividades de gestão.

– **Por que motivo se criou o cargo de Director-Geral?**

– Tendo em conta que todos os actuais administradores são não-executivos, o cargo de Director-Geral é um figurino criado à semelhança do que se passa em algumas empresas do agrupamento. Tem competências bem definidas e alargadas por delegação do Conselho de Administração.

“Estabilidade da empresa e combate ao contrabando de cigarros”

– **Quais são, na presente conjuntura, os princípios objectivos estratégicos da actual direcção?**

– Os principais objectivos da actual direcção são aumentar a rentabilidade da empresa através de medidas como o combate continuado ao contrabando e diversificação das actividades. Tudo tendo como pano de fundo o cenário de abertura do mercado.

– **Como é que o contrabando de cigarros estrangeiros tem funcionado em Cabo Verde?**

– Existe contrabando de cigarros estrangeiros em Cabo Verde. O grosso entra no país por vias não convencionais – áreas não vigiadas a tempo inteiro-, visto que as autoridades competentes têm feito um grande esforço no sentido de impedir o mesmo pelas vias de portos e aeroportos.

– **De que maneira esta prática tem prejudicado a Sociedade Cabo-verdiana de Tabacos?**

– Esta prática prejudica não só a SCT no sentido em que diminuem as suas receitas, mas também o consumidor final para quem, ao consumir um produto ilegal, o risco associado é ainda maior, visto que não pode aferir sobre a qualidade do mesmo. No final, com a redução das receitas diminuem os impostos pagos e, consequentemente, ficam afectados a economia e o Estado.

– **O que têm feito as autoridades nacionais, em parceria com a SCT, no sentido de combater o contrabando de cigarros no país?**

– As autoridades têm feito um grande esforço na luta ao contrabando, através de apreensões e cumprindo com os respectivos trâmites legais, sempre em estreita colaboração com a SCT. Contudo, essas relações tornar-se-ão ainda mais estreitas no decorrer dos próximos tempos.

PLANO DE NEGÓCIOS E CONCORRÊNCIA

– **A SCT é uma das empresas nacionais mais bem cotadas na Bolsa de Valores de Cabo Verde. Como é que caracteriza, em termos de solidez e resultados líquidos, a situação da fábrica neste momento?**

– A SCT foi a primeira empresa a ser cotada na BVCV e

a sua contribuição para o lançamento de uma instituição tão importante fez com que o sector financeiro cabo-verdiano se desenvolvesse. A situação socioeconómica da SCT é saudável e de rentabilidade. Contudo, verifica-se uma estabilidade a nível dos resultados líquidos de 2006 e 2007, que foram de 150.456 contos e 150.905 contos, respectivamente.

– **Qual foi o volume de negócios da firma durante o último ano?**

– O volume de negócios da empresa foi de 651.404 contos em 2007. Isto líquido de impostos.

– **E a nova gerência já tem um plano para a expansão de negócios, para este e o próximo ano?**

– Existem projectos, tanto para o “core business” (tabaco), como para as áreas a diversificar. Mas todos se encontram ainda em fase de estudo.

– **Estão previstas melhorias na Fábrica, no tocante à sua ampliação e modernização?**

– Actualmente a sociedade tem capacidade excedentária. No decorrer do ano em curso poderão ser efectuados investimentos não com carácter de modernização, mas apenas de substituição, dada a vida útil dos actuais equipamentos básicos.

– **Qual é a capacidade actual da produção da SCT?**

– Actualmente a empresa tem uma capacidade instalada de 5000 cigarros por minuto. Contudo, trabalha a 35% da sua capacidade total, o que dá para satisfazer o mercado.

– **Que tipos de cigarros a SCT produz e distribui em Cabo Verde?**

– No que toca a marcas próprias, a SCT produz cigarros com filtro–Porto Grande (84mm) e cigarros sem filtro–Falcões (64mm). Quanto a marcas estrangeiras, produz cigarros (propriedade da Philip Morris) SG Gigante (84mm). São ainda comercializados cigarros de marca Marlboro Full Flavour (Red) e Lights, adquiridos à Philip Morris.

– **Quais são as marcas nacionais e estrangeiras mais procuradas no mercado cabo-verdiano?**

– A marca nacional mais procurada é a Porto Grande, e a estrangeira, o Marlboro Full Flavour (Red).

– **Como está distribuído o mercado de cigarros em Cabo Verde, em termos de quota que cada uma das marcas nacionais e estrangeiras detém no território nacional?**

– Em 2007 a distribuição do mercado por produto foi a seguinte: Marlboro Red – 51% (estrangeira); SG Gigante – 38% (estrangeira); Marlboro lights – 8% (estrangeira); Porto Grande – 2% (nacional); - Falcões – 1% (nacional).

– **Os dados indicam que apenas 3% do mercado nacional é ocupado com as marcas de cigarros cabo-verdianos. Será que os nossos produtos não têm qualidade?**

– Não. Isto tem a ver com os hábitos de consumo da nossa gente, habituados às marcas Marlboro e SG. Este último vem, por exemplo, do tempo colonial.

– **Neste momento, qual é a média de consumo de cigarros em Cabo Verde?**

– A média de consumo de tabacos em Cabo Verde situa-se, neste momento, entre 118 e 120 milhões de cigarros por ano, sendo que mais de 50% se referem ao Marlboro. Logo a seguir está o SG Gigante (38%), que é um cigarro de marca estrangeira mas produzido em Cabo Verde.

– **A publicidade de cigarros é proibida por lei. Como a SCT tem lidado com esse problema, num mercado caracterizado por concorrência e contrabando?**

– Actualmente a única concorrência vem das lojas francas, isto é, nos aeroportos, pois foi assinado um acordo de exclusividade com o Estado de Cabo Verde, que vigorará até ao fim de 2011. No que tange ao contrabando, é sem sombra de dúvida um concorrente forte, mas que não opera de acordo com as mesmas regras que a SCT. Assim, a estratégia da SCT passa, como já foi mencionado, por criar mecanismos que permitam o estreitar das relações com as autoridades competentes, como Alfândegas, Polícia Fiscal, etc.

– **A SCT tem desenvolvido algum papel social no país, apoiando a cultura, o desporto, carenciados ou ONG’s?**

– A SCT é “uma empresa inserida na sociedade, um parceiro no desporto, cultura e outras actividades sociais”. Dando seguimento a este lema, a empresa tem dado vários apoios, das mais variadas formas.

120 milhões de cigarros por ano é quanto se consome em Cabo Verde

TRANSPORTES E TURISMO

Humberto Lélis é novo director-geral da Halcyon Air

A companhia aérea privada Halcyon Air tem novos directores e aumentou o seu capital social. Humberto Lélis, antigo director comercial da TACV, é o novo director-geral da empresa. João Pereira vai estar à frente das operações de voo e Armindo Sousa é o director financeiro (cargos que também já ocuparam na TACV).

Três antigos directores da TACV estão agora à frente dos destinos da Halcyon Air, companhia aérea que tem Jorge Spencer Lima (Scapa) como um dos seus accionistas. Lélis assume a direcção-geral da empresa, substituindo Carlos Froner, que voltou ao Brasil por motivos pessoais.

João Pereira, que já foi director de manutenção e de operações de voo da companhia aérea de bandeira cabo-verdiana, está a desempenhar as mesmas funções agora na Halcyon e Armindo Sousa, ex-administrador para a área financeira e comercial da TACV, ocupa agora o cargo de director financeiro na empresa em que Scapa é o presidente do conselho de administração (PCA).

Depois de ter falhado, no passado mês de Abril, mais uma tentativa para obter o Certificado de Operador Aéreo, a administração da Halcyon, que se

De **250** mil
contos a Halcyonair
aumentou para

360 mil contos
o seu investimento

reuniu em assembleia-geral no dia 9 de Maio passado, decidiu aumentar o seu capital social. Ao investimento inicial de 250 mil contos foram adicionados mais 110 mil contos. Desse montante, cerca de 40 mil contos estão já a ser gastos na reparação de um problema de corrosão do único avião da Halcyon, um ATR 42-320, que está actualmente na fábrica em Toulouse, França.

A companhia, que conta com o empresário italiano Stefanina entre os accionistas, deverá tentar passar novamente nos testes da Agência de Aviação Civil neste mês de Maio ou em Junho, podendo iniciar as operações em finais de Junho, adianta o PCA da empresa, que também já comandou ops destinos da TACV.

A Halcyon Air vai começar por fazer ligações domésticas, mal obtenha o certificado da AAC. Em Julho, poderá adquirir um segundo ATR, com capacidade para 48 passageiros. Vai adoptar um estilo "low-cost" com preços competitivos, "mais baixos" do que os da TACV, garante o presidente desta companhia baptizada com o nome científico da Passarinha (Halcyon leucocephala), ave endémica em Cabo Verde.

Rita Vaz da Silva



Entremares propõe 14 noites na ilha da Boa Vista

O operador turístico Entremares anunciou uma promoção de 14 noites para a ilha da Boa Vista, com partida de Lisboa a 1 de Setembro em voo directo da TACV. Os hotéis propostos por este operador em regime de alojamento, duplo, e pequeno-almoço são os 3-estrelas Boavista por 1.098 euros, o Estoril Beach por 1.230 euros, o Dunas por 1.698 euros e o Parque das Dunas Village por 1.378 euros. Em regime de meia-pensão, o operador sugere os 4-estrelas Marine Club por 1.560 euros, enquanto que em regime de tudo incluído a Entremares pede 2098 euros para o VentaClub.

Além do voo e alojamento, os pacotes compreendem transferes, seguro de viagem, taxas de aeroporto e combustível no valor de 200 euros. O visto, de acordo com o operador, será gratuito se pedido 30 dias antes da partida.

TACV deixa de emitir bilhetes em papel a partir de 01 de Junho

A TACV vai deixar de utilizar bilhetes de passagem físicos (em papel) a partir de 01 Junho do corrente ano. Com esta medida, a TACV cumpre uma directriz do IATA (Organização Internacional dos Transportes Aéreos), que estipulou como data limite para a adopção desta medida 31 de Maio.

De acordo com o director de marketing da TACV, a empresa já está a emitir Bilhete Electrónico Interline na maioria dos seus postos internos e externos, faltando ajustar ao sistema apenas Bissau e Banjul. António Socorro explica ainda que já é possível, nas linhas utilizadas exclusivamente pela TACV adoptar o sistema de Bilhetes Electrónicos Interline. Entretanto, quando as linhas são partilhadas, a TACV ainda terá de emitir bilhetes em papel. "Pensamos que

até ao final do ano estaremos a utilizar exclusivamente bilhetes electrónicos", assevera este responsável.

Em termos financeiros, António Socorro indica que a mudança de sistema poderá significar uma economia na ordem dos 25% para a TACV. Mas antes, alerta, é preciso investir nos sistemas de emissão e distribuição dos bilhetes electrónicos interline. "Em Cabo Verde, por exemplo, tivemos de investir nas nossas agências e em todas as agências de viagens privadas para poderem emitir e distribuir os bilhetes electrónicos. Também tivemos de assinar acordos com Galileu e Amadeus para facilitar o processo".

Um Bilhete Electrónico Interline é um documento armazenado em computador, sem suporte em papel, que permite aos passageiros usar um único bilhete para

itinerários que incluam viagens em duas ou mais companhias aéreas diferentes. Entre as vantagens, acredita-se que tornam a experiência de viagem menos desgastante, uma vez que eliminam a possibilidade de os bilhetes se perderem no correio, de serem enviados para a morada errada e/ou de serem roubados. Acelera igualmente o processo de check-in e embarque e simplifica as trocas e reembolso de bilhetes.

Muitas companhias aéreas ainda utilizam os bilhetes em papel, mas cobram uma tarifa extra para a emissão do Bilhete Electrónico Interline nos casos em que isso é possível. Outra vantagem é que os bilhetes electrónicos podem ser adquiridos on-line, através do centro de atendimento ou agências de viagens.

Constança de Pina



A adequação da estrutura de recursos humanos da TACV - Cabo Verde Airlines ao já iminente cenário de privatização constitui um desafio que a actual direcção assume como prioritário, urgente e fundamental para a futura sustentabilidade da companhia. A liderança da empresa já está, por isso, a cuidar desse aspecto importante de gestão, tendo contratado recentemente um quadro de reconhecida competência e larga experiência para coordenar o processo de reestruturação nesse sector.

Jesuína Caixeirinho - DRH da TACV

Nova DRH prioriza Sistema de Evolução Profissional diferenciada



Cada grupo profissional verá...

Jesuína Caixeirinho, que entre outras, já participou na reformulação dos instrumentos de gestão dos recursos humanos da ASA (Aeroportos e Segurança Aérea) e do Banco de Cabo Verde (BCV), assume o cargo com ideias claras e uma forte convicção de que poderá ajudar a resolver os principais problemas da TACV nesse domínio.

As primeiras acções a desenvolver, de acordo com a nova Directora de Recursos Humanos (DRH) da companhia, são *“a identificação dos constrangimentos”* e a sensibilização dos trabalhadores no sentido de *“assumirem a empresa como sua”*, de modo a *“participarem activamente”* na procura das soluções que se impõem.

O BEM COMUM

“Temos a noção clara de que deve haver uma forte sintonia entre a direcção da empresa e os trabalhadores, tanto mais tendo em conta o momento que se está a viver, sendo necessário que estes entendam que todas as medidas de gestão corrente e as que resultam do processo de reestruturação são tomadas para o bem de todos”, indicou Jesuína Caixeirinho.

Se é verdade que em qualquer processo decisório podem, eventualmente, ser cometidos erros, existe, da parte da direcção da empresa, *“toda a disponibilidade”* para, *“num quadro de diálogo permanente e com espírito de abertura”*, absorver as ideias dos trabalhadores e introduzir correcções *“lá onde seja necessário e possível”*, de acordo com aquela responsável.

A DRH mostra-se, entretanto, consciente das dificuldades que o processo de reestruturação do quadro de pessoal da TACV coloca, devido à *“enorme complexidade”* que caracteriza o funcionamento de uma companhia aérea e à *“grande diversidade de carreiras”* existentes dentro da empresa.

“A aviação é um negócio complexo em que há uma procura permanente de equilíbrios que acabam sempre por revelar-se frágeis, daí a necessidade de, não apenas quem dirige uma empresa do ramo como, também, os que nela trabalham, estarem dispostos a, com a necessária frequência, rever posições e a introduzir correcções tendo sempre em atenção a estabilidade da companhia, o que é o mesmo que dizer, os interesses de todo o colectivo”, referiu Jesuína Caixeirinho.

ATENDER ÀS ESPECIFICIDADES

Do mesmo passo, acrescentou aquela responsável, *“atender às especificidades de cada classe profissional e harmonizar os respectivos interesses”* com os da empresa é uma tarefa a que a direcção da TACV pretende dar uma *“atenção especial”*, por entender que todas são interdependentes e importantes para o bom funcionamento da companhia.

“Temos de dar a mesma atenção a todos os trabalhadores, sejam eles Pessoal Navegante Técnico (PNT), Pessoal Navegante de Cabine (PNC), Pessoal de Manutenção, Pessoal de Ground Handling, ou quadros dos sectores administrativo e comercial”, defendeu a DRH, perspectivando que todas as carreiras devem desenvolver-se *“de forma harmoniosa”* e dentro do catálogo de direitos e deveres que cabem a cada uma.

Nesse particular, salvaguardando a base comum que deve estar subjacente à política de gestão de todas as carreiras existentes na empresa, Jesuína Caixeirinho adiantou, para justificar a opção, ser entendimento da direcção da TACV proceder à definição de um Sistema de Evolução Profissional (SEP) que, para cada classe, *“tenha em conta as especificidades concretas e assente em princípios e critérios claros e transparentes que sejam promotores de equidade, justiça e equilíbrio”*.

Assim, e a par, ainda, da criação de mecanismos facilitadores da mobilidade entre carreiras diferentes, deverão ser definidos, de *“forma clara”* as atribuições, o quadro remuneratório, as compensações e os dispositivos de progressão e promoção de cada grupo profissional.

TAREFA COMPLEXA

É que, na opinião de Jesuína Caixeirinho, a gestão dos recursos humanos *“não pode estar apenas a dar resposta às situações do dia-a-dia que surgem a toda a hora”*, daí ser urgente avançar para a elaboração desses instrumentos cuja implementação irá ajudar a resolver muitos dos problemas que afectam actualmente os trabalhadores da TACV e o seu relacionamento com a direcção da empresa.

A Directora de Recursos Humanos da TACV não quis avançar prazos para a entrada em vigor do novo Sistema de Evolução Profissional, adiantando apenas que esse processo constitui a *“primeira grande prioridade”* do seu pelouro.

“O que podemos garantir é que vamos começar imediatamente essa tarefa, que será complexa porque exigirá o levantamento e a procura de soluções para um vasto conjunto de questões que ao longo dos anos não obtiveram as respostas mais adequadas”, assegurou Jesuína Caixeirinho, para quem tais situações *“podem estar na base da insatisfação”* que se reconhece existir no seio de grande parte dos trabalhadores da TACV - Cabo Verde Airlines.



...atendidas as suas especificidades.

“O novo SEP exigirá o levantamento e a procura de soluções para um vasto conjunto de questões que ao longo dos anos não obtiveram as respostas mais adequadas.”

Catamarãs da Moura Company avariados



Os catamarãs da Moura Company, embarcações rápidas que faziam a ligação marítima entre as ilhas de Santo Antão, São Vicente e Santiago, encontram-se avariados. Os barcos, Auto Jet e Jet Caribe, estão parados “por razões operacionais”.

Ao que conseguimos apurar, o catamarã maior, Jet Caribe, sofreu uma avaria irreparável no ano passado, enquanto que o Auto Jet, embarcação que garantia a ligação rápida entre São Vicente e Santo Antão, suspendeu as operações há pouco mais de um mês. “Pelo que sei, um dos catamarãs apresentou problemas de

alinhamento e o outro está com avaria nas máquinas. O que sei é que a empresa Moura Company está a tentar negociar a possibilidade de devolver as duas embarcações à empresa que as vendeu”.

Porque ambas as avarias parecem irreparáveis, a nossa fonte indica que a devolução poderia ser uma solução viável. O problema, diz, é que as partes não estão a entender-se. Confrontado por **Cifirão**, o presidente do Instituto Marítimo e Portuário, Zeferino Fortes, confirma a imobilização dos dois catamarãs da Moura Company: “A informação que tenho é

que as embarcações estão paradas por razões operacionais”

Tentámos falar com o presidente da Moura Company mas a assessora informou-nos que este está com a agenda cheia. Mesmo assim, ficou com os contactos e prometeu retornar a ligação, o que não aconteceu até ao fecho deste jornal.

De referir que os dois catamarãs pertencem a uma das quatro empresas de António Moura. Este ex-emigrante nos EUA é hoje responsável pela maior empresa de transportes colectivos urbanos de Santiago e, pelo menos durante

alguns meses, conseguiu a proeza de ligar as ilhas com embarcações rápidas que faziam a rota Praia/Mindelo em seis e oito horas, metade do tempo das embarcações “normais”.

Para além da empresa de transportes marítimos, António Lopes da Moura tem uma frota de mais de cem autocarros, de turismo e de transportes urbanos (Sociedade de Transportes Terrestres) e ainda uma agência de viagens, uma empresa de engenharia e manutenção e outra de importação e exportação. “Já fomos convidados para investir em São Tomé e Príncipe, na área dos transportes. Depois de consolidar os transportes em Cabo Verde, poderemos investir noutros países, até já tivemos encontros com os presidentes da Câmara de Luanda e do Maputo”, disse António Moura à Lusa, em Julho de 2007.

A esta altura, com o afundamento de “Barlavento” e “Musteru” e a avaria de “Sotavento”, há quem defenda que os catamarãs poderiam ser de grande ajuda, caso estivessem operacionais. Entretanto, de acordo com uma fonte do governo, isso seria pouco provável porque os catamarãs nunca deram garantias. “Os catamarãs começaram a operar em Julho transacto e ainda antes do final do ano o maior já estava parado. O outro, Auto Jet, também avariou-se”, assevera a nossa fonte, realçando o facto de que nunca nenhum membro do governo deu aval aos catamarãs porque estes “não davam garantias”.

Constança de Pina

Siscap preocupado com o atraso no reajuste dos salários

O Sindicato da Indústria, Serviços, Comércio, Agricultura e Pesca (Siscap) está preocupado com a demora de algumas empresas em reajustar os salários dos trabalhadores. Em jeito de exemplo, Julião Varela aponta o IFH e a Emprofac como empresas que não actualizaram os seus salários.

Aquele sindicalista garantiu ao **Cifirão** que o Siscap já fez todas as demarches necessárias para regularizar esta situação. Entretanto, junto daquelas duas empresas ficou a saber que não podem reajustar os salários enquanto os Conselhos de Administração não reunirem para aprovar as contas. “Isso deveria ter acontecido em Março, mas como os CA não aprovaram ainda as contas de gerência, o Siscap está a aguardar. No entanto, se a situação se prolongar por mais tempo, vamos ter de tomar alguma providência”.

O Siscap também está preocupado com o pagamento da última parcela de indemnização aos ex-trabalhadores da Empa, no valor de 650 mil contos, que, no entender de Julião Varela, se arrasta sem uma solução à vista. “Estamos a aguardar uma reacção da ministra das Finanças”, conclui.

CP

Boa Vista com ruptura de farinha

A ilha da Boa Vista está com ruptura de farinha de trigo há mais de uma semana. O motivo como sempre é a falta de transporte. Há mais de um mês que não atraca no porto de Sal-Rei nenhum barco de São Vicente, principal ilha abastecedora. Nas padarias os últimos sacos do cereal já foram esvaziados no início desta semana, deixando várias famílias sem pão, principal alimento do pequeno-almoço cabo-verdiano. A previsão é que o abastecimento seja feito ainda neste fim-de-semana.

Esta não é a primeira vez que **A Semana** noticia rupturas de farinha na ilha das dunas. Outras crises já foram noticiadas por este semanário, entre elas as de medicamentos, cimento e de gás butano. Os motivos são sempre os mesmos. Se não for porque o barco não conseguiu atracar no porto de Sal Rei – muito pequeno para a atracagem de mais de um barco ou para receber embarcações de grande porte – é porque não há barco disponível para transportar a carga. Tudo o que se consome na Boa Vista, excepto peixe é claro, é proveniente de São Vicente, Santiago e por vezes do Sal.

Segundo apurou este jornal, desde há um mês que nenhuma embarcação chega de São Vicente para abastecer a ilha. Normalmente, produtos como arroz, farinha de trigo, açúcar, dentre outros géneros alimentícios são importados da ilha do Porto Grande. Assim, quando o barco não chega e as prateleiras das lojas esvaziam-se as padarias, pastelarias, bem como donas de casa, desenras-

cam-se com stocks guardados para períodos de crise. Já no início desta semana os últimos sacos foram esvaziados, deixando o café da manhã das famílias boavistenses ainda mais pobre do que já é.

A crise já está a fazer baixas nas entradas em caixa dos comerciantes, os principais prejudicados. Muitos deles, contactados jornal, reclamam da falta de programação das empresas de transporte marítimo, dizendo que a ilha da Boa Vista é sempre a última a receber a carga. “Se aparecem mais coisas para o Sal ou para São Nicolau, por exemplo, desviam a rota e deixam-nos aqui entregues ao Deus-dará”, reclamou um padeiro.

Os comerciantes perguntam ainda para quando o arranque das obras de extensão do Porto do Sal-Rei, que, segundo os mesmos, é um dos principais obstáculos para o abastecimento na ilha das dunas. “Anunciaram há muito que iriam fazer um novo porto e não se fez nada até hoje. Há pouco tempo resolveram que vão alargar o actual cais, mas ninguém sabe para quando”, realçou a nossa fonte, que preferiu manter-se no anonimato.

E enquanto não arrancam as obras de extensão, conforme já foi anunciado pelo governo, resta aos comerciantes e à população local confortar-se com o pouco que têm e contar com a sorte, para não aparecer nenhum motivo qualquer que faça os barcos desviarem o seu caminho da Boa Vista.

Sílvia Frederico

NOTAS

Cabo Verde na conferência sobre Biodiversidade

Cabo Verde e mais seis países da África Ocidental participam desde segunda-feira, 19, até o próximo dia 30, na IX Conferência das Partes Signatárias da Convenção sobre Biodiversidade. O encontro, que está a decorrer em Bona, Alemanha, serve para apresentar a estratégia comum destes sete países - a "Declaração de Banjul".

Conforme a representação regional do Fundo Mundial para a Natureza (WWF), Cabo Verde, Senegal, Gâmbia, Guiné-Conakry, Guiné-Bissau, Mauritânia e Serra Leoa adoptaram, durante um encontro em Abril passado na capital gambiana, esse documento comum, que é a "Declaração de Banjul".

Os sete países oeste-africanos condenam a insuficiência de meios financeiros sustentáveis e de recursos humanos qualificados, a não consideração do valor económico e social da biodiversidade nas estratégias de redução da pobreza para alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e diminuir os efeitos negativos das mudanças climáticas sobre a biodiversidade.



Agenda

Seminário "Cabo Verde: Exigências do Desenvolvimento" realiza-se em Portugal

Cabo Verde: Exigências do Desenvolvimento é tema de um seminário organizado pela Câmara de Comércio e Turismo Portugal-Cabo Verde, que acontece no dia 24 de Junho, em Portugal. Com este encontro, o 5º do Ciclo "Negócios & Afinidades", esta Câmara de Comércio conjunta espera promover as relações económicas e empresariais entre os dois países.

O encontro será dedicado à temática da Indústria, Energia e Ambiente, mais precisamente Água e Saneamento. Na véspera, 23, devem acontecer encontros de negócios com responsáveis governamentais cabo-verdianos. Os temas "Vantagens e implicações da Parceria Especial Cabo Verde - União Europeia", "Sector da indústria", "O dilema energético" e "Ambiente: necessidades e oportunidades" preenchem o dia 24, que apresenta como oradores Victor Borges, ministro dos Negócios Estrangeiros de Cabo Verde, os DG da Indústria e Ambiente, o embaixador de Cabo Verde em Portugal e o Espírito Santos Research.

O seminário receberá ainda como representantes o ministro das Finanças de Portugal, o presidente da APREN - Associação das Empresas de Energias Renováveis e o representante da EDA - Electricidade dos Açores.

Constância de Pina

Novas Empresas

A Visão 3, Criação Audiovisuais é uma nova empresa à produção de espectáculos, evento de música e cultura. Sedeada na Praia, pertence a Joaquim Livramento, Mário Lopes Júnior e Jair Sousa e tem um capital social de quase 760 contos.

A New Houses Immobiliare - Sucursal Cabo Verde é a empresa dedicada à mediação imobiliária, que se quer instalar nesta arquipélago, ainda sem sede definida. Com um capital social de 2 milhões de euros, esta é uma empresa de origem italiana.

Representações comerciais, assistência técnica e consultoria para criar e organizar empresas é o objecto da **Fortes&Oliveira**, que tem sede na ilha do Sal. Com um capital social de 500 contos, a empresa pertence a Jacinto Fortes e Lizandra Oliveira.

TAXAS DE JURO		
DATA	TIPO	TAXA (%)
OFICIAIS		
04-02-2008	Redesconto	6.0
04-02-2008	Cedência de Líquidez	7.0
04-02-2008	Absorção de Líquidez	1.5
12-05-2008	Mercado Monetário Interbancário	6,00
21-05-2008	Taxa Base Anual	3,44
TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA		
21-05-2008	Bilhetes de Tesouro - 182 dias	3,40
15-02-2008	Obrigações de Tesouro - 10 anos	5,54

MERCADO DE INTERVENÇÃO				
DATA EMISSÃO	TIPO	PRAZO (DIAS)	TAXA	MONTANTE
2008-05-08	TIM	182	4,563	300.000.000,00
2008-05-05	TIM	182	4,563	600.000.000,00
2008-05-20	TRM	14	4,000	200.000.000,00
2008-05-12	TRM	14	4,000	100.000.000,00



BANCO DE CABO VERDE

(www.bcv.cv)

TAXAS DE CÂMBIO DO DIA 22-05-2008				
PAÍS	MOEDA	UNID.	COMPRA	VENDA
CANADÁ	CAD	1	71,027	71,168
SUÍÇA	CHF	100	6.788,349	6.801,125
DINAMARCA	DKK	100	1.476,976	1.479,665
EUROPA	EUR	1	110,265	110,265
INGLATERRA	GBP	1	137,430	137,733
JAPÃO	JPY	100	67,659	67,786
NORUEGA	NOK	100	1.402,411	1.405,101
SUÉCIA	SEK	100	1.184,306	1.187,163
ESTADOS UNIDOS AMÉRICA	USD	1	69,895	70,097
SENEGAL	XOF	100	16,810	16,810
ÁFRICA DO SUL	ZAR	1	9,037	9,239